

Artigos

# Desenvolvimento, Territorialidade e Cultura: a experiência de Sergipe em planejamento regional nos anos 2007-2013



*Development, Territoriality and Culture: the experience  
of Sergipe in regional planning in the years 2007-2013*

---

**Maria Lúcia de Oliveira Falcón** <lucia.falcon@yahoo.com.br>

Engenheira Agrônoma (UFBA), Mestre em Economia (UFBA), Doutora em Sociologia (UNB). Superintendente de Desenvolvimento Produtivo na Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia. Salvador, Brasil.

**Marcel Di Angelis Souza Sandes** <diangelis2@yahoo.com.br>

Licenciado em Geografia (UFS), Especialista em Gestão Pública (UFS), Mestre e Doutorando em Geografia Humana (USP). Professor do Instituto Federal do Paraná. Curitiba, Brasil.

**Recebido** 21-abr-18 **Aceito** 26-abr-18

**Resumo** Entre os anos 2007 e 2013 o Estado de Sergipe, no Nordeste brasileiro, colocou em prática uma metodologia inovadora de planejamento público que levou em conta uma estratégia de desenvolvimento para dez anos, ampla participação social em todo o processo decisório e territórios de identidade cultural como unidade geográfica de planejamento. Os resultados foram significativos, tanto pelos produtos gerados, como os planos de desenvolvimento territoriais e o Atlas da Cultura, quanto pela qualidade das leis de planejamento e orçamento em termos de aderência ao plano de investimentos prioritários.

**Palavras chave** Planejamento do setor público, desenvolvimento territorial, cultura e desenvolvimento.

**Abstract** *Between 2007 and 2013 the State of Sergipe, in the Brazilian Northeast, put into practice an innovative methodology of public planning that took into account a development strategy for ten years, broad social participation in the entire decision-making process and territories of cultural identity as unit of planning. The results were significant, both for the products generated, as the territorial development plans and the Atlas of Culture, and for the quality of planning and budget laws in terms of adherence to the priority investment plan.*

**Keywords** *Public sector planning, territorial development, culture and development*

## **Introdução**

Sergipe fica no Nordeste; é o menor estado brasileiro em área 21.918,354 km<sup>2</sup> e população 2.068.017 (Censo 2010). O que descrevemos a seguir aconteceu durante os anos 2007 a 2013, quando o governo estadual decidiu inovar no processo de planejamento público, associando orçamentos anuais, planos plurianuais e metas de desenvolvimento de longo prazo, considerando três escalas geográficas: municípios, territórios de identidade cultural e o próprio estado.

Nos manuais de formação dos economistas e gestores públicos não constam procedimentos nem teorias que juntem, numa mesma cesta, planejamento e orçamento público, cultura e território. O “normativo” usado nos orçamentos parece não suportar a datação histórica e espacial trazidas pela cultura e pelo conceito de território. A experiência de Sergipe em planejamento participativo, de 2007 a 2013, esteve fortemente associada às questões culturais e foi completamente territorializada, comprovando a viabilidade técnica e política dessa integração, especialmente através do Programa Sergipe Cidades, financiado pelo BNDES.

Aqui são apresentadas razões teóricas e práticas para essa mudança metodológica no planejamento público, o conceito de território, a metodologia empregada no processo, os produtos da pactuação entre sociedade e governo do Estado, os investimentos públicos em competitividade sistêmica e uma breve reflexão sobre o que poderia ter sido melhor conduzido para consolidar os resultados alcançados.

## **Razões teóricas e práticas para a territorialização**

### **Razões de ordem teórica**

A realidade do subdesenvolvimento e das desigualdades territoriais indicou a necessidade de revisão conceitual e metodológica do planejamento aos gestores públicos brasileiros, mas nem sempre foi plenamente correspondida. Na verdade, a questão espacial no planejamento ainda vinha, em grande

parte, sendo tratada de acordo com escalas e padrões de regionalização antigos, propostos em contextos históricos diferentes e com finalidades outras, sejam elas estatísticas (como as microrregiões do IBGE) ou do ponto de vista da formação socioespacial mais ampla (no caso nordestino, a divisão entre zona da mata, agreste e sertão).

Nos órgãos públicos do Estado de Sergipe, por exemplo, as regionalizações utilizadas muitas vezes eram divergentes entre si (uma para a gestão da saúde, outra para a gestão da educação, etc.) ou inadequadas às finalidades que se propunham. Integrar todos esses elementos numa nova síntese, que desse conta da realidade socioeconômica complexa, era difícil.

No entanto, novos padrões de desenvolvimento e acumulação de capital em cadeias globais requerem novas escalas de análise, ou seja: estas, assim como o próprio planejamento, devem ter a devida marca histórica, devem acompanhar o movimento da sociedade. A maioria das correntes teóricas aponta para a integração das potencialidades locais às cadeias globais de valor. As correntes que se lhe opõem consideram o fortalecimento das cadeias curtas regionais, fortemente embasadas nos conhecimentos tácitos da cultura local<sup>1</sup>, um caminho para evitar a subordinação total das economias aos movimentos do capital globalizado, o qual é incapaz de ver e resolver as questões inerentes à sobrevivência dos países subdesenvolvidos e suas enormes desigualdades.

Em 2006, diante das mudanças de padrão de desenvolvimento que o Brasil iniciava (retomada do crescimento do PIB; redução do déficit em conta corrente e aumento do saldo da conta de capital e financeira – gerados por investimentos diretos e outros fluxos financeiros; redução da inflação; redução da taxa de juros e redução da taxa de desemprego, entre outras), não havia como ignorar a forte correlação entre qualidade de vida, pobreza, produção econômica e território – sustentado por sua identidade cultural. Celso Furtado (1984) foi o primeiro a compreender, na complexidade do fenômeno do subdesenvolvimento, o papel da cultura e das políticas culturais transformadoras para a superação das desigualdades e da pobreza, que em 1940, como agora, manchavam o mapa do Brasil.

Tânia Bacelar (2000) aprofunda a tese de Furtado e indica o caminho: descentralizar as políticas públicas. O território é uma dimensão insuperável para o planejamento e para a gestão pública. O território se define, basicamente, pela identidade cultural e as relações econômicas são flechas que mudam de direção e sentido de acordo com a cultura, ou capacidade de processar informações e técnicas, de um dado espaço. Milton Santos (2005) fala dessas flechas e avisa que esse “espaço cultural” nem sempre forma territórios contíguos. Podemos ter comunidades asiáticas plugadas numa rede econômica norte-americana, por exemplo.

Michel Foucault (1979), discutindo o conceito e exercício do poder, esclarece que no dia a dia, as pessoas se deparam com o poder exercido ao nível microfísico: o médico, o professor, o policial, o funcionário público. Tanto maior o poder exercido nesse nível quanto mais validade tiver o código

1 Ver MATOS, MP, CASSIOLATO, JE et all. Arranjos Produtivos Locais: referencial, experiências e políticas em 20 anos da RedeSist. Rio: E-Papers, 2017.

de conhecimento técnico-científico do profissional, que passa a constituir uma “verdade” capaz de dominar absolutamente, porque reconhecido como “legítimo” pelos “leigos”. Tão importante quanto reconhecer o grande poder das ideologias e governos centrais, é identificar o grande poder local, territorial, manifesto nas pequenas relações sociais do cotidiano – e mudar as regras, discutir seus procedimentos e códigos técnicos, questionar as suas “verdades”.

Seja na economia, na geografia ou na filosofia, como ilustrado através dos autores acima, a partir da década de 1970, havia se processado uma mudança radical nos debates da filosofia e das ciências sociais como um todo, revelando temas e agendas “esquecidas” pelos grandes sistemas filosóficos (as metanarrativas) do final do século XIX e início do século XX.

Segundo Harvey (2002), a chamada condição pós-moderna representou uma oposição e se relaciona de forma complexa com o que se estabelecia como certo consenso moderno: a busca por verdades absolutas, por esquemas explicativos de grande alcance, por padrões de conduta social e de desenvolvimento que pudessem ser extrapolados a todas as particularidades existentes, a exemplo da crença na tecnologia, na grande indústria, no planejamento centralizado e no tratamento sistêmico da sociedade, entre outras. De acordo com esse autor, é característico desse período o ataque dos filósofos franceses Michel Foucault e Jean-François Lyotard às metanarrativas que eles chamam de totalizantes, insistindo na pluralidade de formações de “poder-discurso” (Foucault) ou de “jogos de linguagem” (Lyotard).

“Na medida em que Lyotard (tal como Foucault) aceita que o ‘conhecimento é a principal força de produção’ nestes dias” (HARVEY, 2002), podemos dizer que se conhecimento local e poder local não podem ser tomados como sinônimos, eles estão, pelo menos, visceralmente relacionados.

Finalmente, uma aplicação contemporânea da abordagem territorial se encontra na economia dos Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPILS), estudada pela RedeSist e tendo como expoentes Helena Lastres e José Eduardo Cassiolato (2008). O conceito de arranjo produtivo prevê uma intervenção direta no território, incluindo sutilmente a cultura local na equação econômica, direcionando a flecha das relações de mercado para a constituição de APLs inovadores e sustentáveis, inclusive aqueles vocacionados para a economia criativa.

Em certa medida, essa abordagem inovadora dos ASPILS responde a uma pergunta feita por Dowbor (2007, pp.11- 12):

(...) quando o conhecimento, os serviços sociais e outros “intangíveis” se tornam centrais na economia, podemos manter os mesmos referenciais de análise? (...) algo novo está se desenhando no horizonte das teorias, uma visão que já não seria uma versão remendada de teorias de poder interpretativo declinante, e que responde de maneira mais realista a desafios históricos que são novos. Esta visão, no seu conjunto, pode ser resumida no conceito de democracia econômica.

Povoada principalmente com temas como financeirização, infraestrutura, economias externas, entre outros, a economia passou a conviver com novos temas, a exemplo do desenvolvimento local, da economia do conhecimento, da economia criativa, da economia das organizações da sociedade civil e do paradigma da colaboração (leia-se capital social).

Essas questões deixaram claro que era preciso incorporar o saldo positivo de toda a reflexão teórica feita sobre uma nova realidade, que ligava micro e macro escalas de poderes, fluxos econômicos, entre outros, de forma complexa. Territorializar as políticas públicas mostrou-se, portanto, condição necessária para superar a opressão e a pobreza – no local onde elas existem.

### ***Razões de ordem prática***

Todas essas referências teóricas fundamentam a associação entre cultura, território e desenvolvimento, porém, outras razões, de ordem mais pragmática, indicaram esse caminho quando a situação era analisada do ponto de vista percebido pela população. Esse novo método permitiria enfrentar alguns tipos de problemas insolúveis no planejamento convencional:

- a. problemas que atingiam um conjunto de municípios;
- b. problemas que impactavam igualmente a vida na cidade e no campo;
- c. problemas de natureza estrutural que só se resolveriam num prazo maior que um orçamento ou mesmo um PPA (Plano Plurianual);
- d. problemas nascidos de contradições evidentes entre a política pública federal e o poder local, como foi o caso dos Territórios da Cidadania e os Territórios de Identidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ambos apoiados em conselhos populares locais.

Além disso, em Sergipe, como em vários outros estados brasileiros marcados por um padrão de desenvolvimento concentrador, muitos indicadores demonstravam essa urgência na incorporação do território e da cultura ao projeto de desenvolvimento. Em 2006, o estado convivia com três desigualdades econômicas e um desequilíbrio político delas decorrente: primeiro, a concentração da renda, com 47% da população vivendo abaixo da linha de pobreza; segundo, a concentração espacial da infraestrutura social e produtiva no litoral com 67,6% do PIB; terceiro, a concentração de 43,7% do PIB industrial nas indústrias de capital intensivo de petróleo e gás e geração de energia hidrelétrica, que não formavam cadeias produtivas locais; o desequilíbrio político decorrente permitia que as oligarquias regionais, altamente patrimonialistas, reinassem soberanas, numa manifestação do poder local que ofuscava, muitas vezes, as mudanças que o Brasil vivia nesse campo – o aprofundamento da democracia. Somando tudo, não havia tempo a perder e o PPA do Estado para 2008-2011 pre-

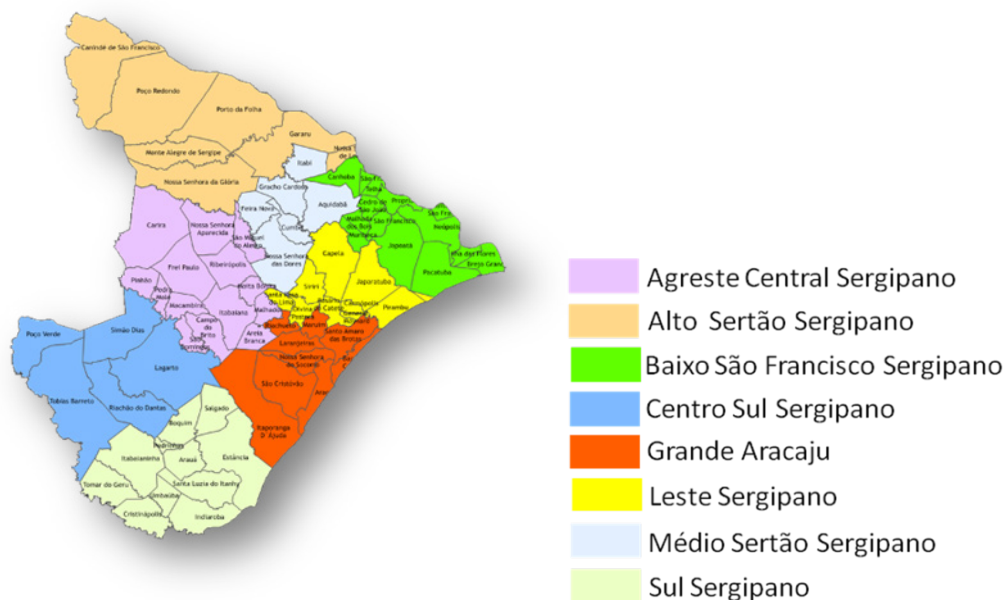
cisava nascer inovador, dotado de visão estratégica e democrático, isto é, incorporando todos os setores da sociedade.

## Conceito de Território e a metodologia utilizada para planejar o desenvolvimento

As fronteiras dos territórios de planejamento de Sergipe foram demarcadas por aspectos geo-ambientais, econômico-produtivos, político institucionais, sociais e culturais. A novidade estava justamente em levar em conta, na equação do desenvolvimento local, a presença de organizações e representações político-institucionais, a capacidade de auto-organização da comunidade para resolver seus problemas, a identidade cultural, o pertencimento, a autoestima e a confiança coletiva.

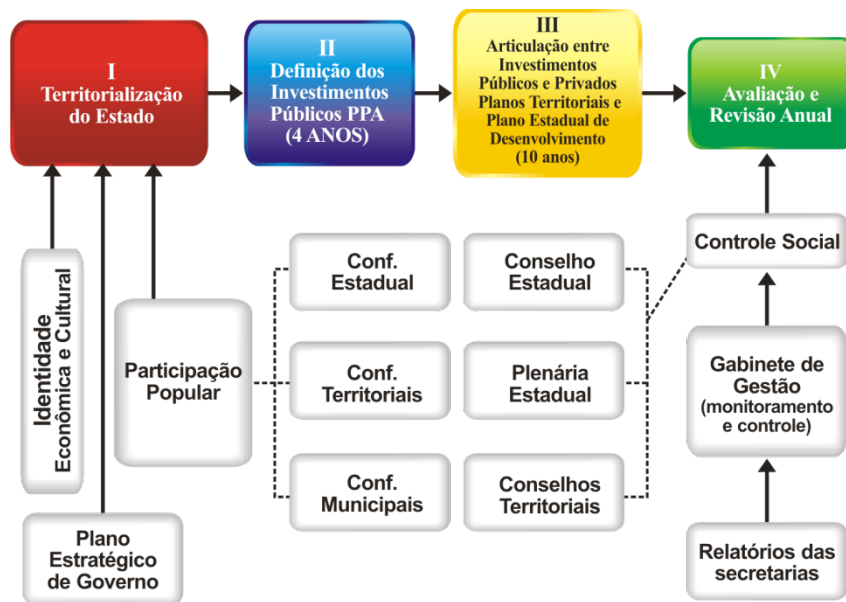
Elaborou-se, em 2007, a Figura 1 com oito territórios de planejamento, validados pela população e pela academia, além dos próprios gestores públicos municipais e estaduais. Criou-se um ritual de consultas públicas e planejamento participativo (em três escalas: municipal, territorial e estadual), que trabalhou o conceito de identidade dos territórios, além dos investimentos públicos para os próximos quatro anos.

**Figura 1 – Territórios de Planejamento de Sergipe**



**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe, 2007.

**Figura 2 – Método para o Planejamento Participativo e Territorializado**



Fonte: Secretaria de Planejamento de Sergipe, 2007.

Milhares de sergipanos, em todos os 75 municípios, participaram do processo, num ciclo de dois anos: em 2007-2008, 22 mil sergipanos participaram; em 2009-2010, foram 12.500 participantes, quando já haviam sido selecionados como delegados, para representar os territórios. Foi um exercício de democracia direta, olhando além das necessidades imediatas e visando o desenvolvimento local. Sob o aspecto da ciência política, iniciou-se a construção de canais alternativos aos do poder oligárquico, onde os velhos poderes locais foram questionados e superados, ao menos naquele momento.

A Figura 2 mostra a metodologia utilizada no processo de planejamento participativo e territorializado, sob forma de fluxograma. Primeiramente, foi construído o mapa dos territórios com um diagnóstico dos cinco elementos considerados no conceito. Em seguida foi discutido o plano de desenvolvimento e os investimentos necessários a serem previstos no PPA 2008-2011. O setor privado e a sociedade foram convocados a ajudar na sua execução, nas diferentes áreas temáticas e setoriais – saúde, educação, infraestrutura, habitação, meio ambiente, dentre outros, pautando os diferentes conselhos municipais e estaduais. Monitoramento e avaliação do plano foram realizados de forma participativa, anualmente, até 2010.

Enquanto a maioria das experiências recentes de gestão pública avançava para o planejamento estratégico voltado para a máquina administrativa (para dentro), a experiência de Sergipe levou o planejamento estratégico para ser pactuado com a sociedade (para fora). Além disso, estimulou a sociedade e os órgãos governamentais a adotar um horizonte de planejamento de longo prazo (dez anos), para além do ciclo de gestão de um PPA (4 anos), bem como a colocar a informação sobre o mapa, isto é, localizar as ações e seus impactos num conjunto de municípios de cada território.

## Os produtos da pactuação

A pactuação a que nos referimos aconteceu em vários níveis sequenciais. Em primeiro lugar, preparou-se a equipe de secretários e executivos das empresas e autarquias estaduais para o desafio, elaborando um **Plano Estratégico** 2007-2010 para orientar a administração no rumo das mudanças desejadas e valorizando o processo orçamentário. O plano recebeu o nome “Desenvolver e Incluir”. Em segundo lugar, pactuou-se o conceito de território e a mudança metodológica com as universidades e dezenas de organizações parceiras, multilaterais, federais, regionais, ONGs e empresariais, numa série de eventos técnicos que culminaram com um grande seminário unificador das metodologias, acontecido em fevereiro de 2007. Publicamos a **cartilha** metodológica do Planejamento do Desenvolvimento Participativo e Territorializado (PDTP).

Em terceiro lugar aconteceu a pactuação dos territórios demarcados com a população, numa primeira rodada de conferências municipais que validaram o **Mapa dos Territórios**, elegeram seus delegados às conferências territoriais e estaduais e escolheram suas demandas prioritárias em dez setores de políticas públicas. As conferências territoriais serviram para identificar problemas de abrangência e complexidade maior do que a de um município, a serem enfrentados na elaboração do PPA. Na conferência estadual foi validado o **PPA 2008-2011**. Numa segunda rodada de conferências discutiu-se o **plano de desenvolvimento** do estado e dos territórios, que recebeu o nome de Desenvolver-SE, num volume estadual e oito volumes territoriais, para orientar investimentos públicos e privados, com identificação das cadeias produtivas e APLs.

Em 2009 teve início o segundo ciclo do Planejamento Participativo, com foco no elemento cultural dos territórios. Os principais produtos das duas rodadas, concluídas em 2010, foram o **Guia Gastronômico dos Territórios** e a publicação que ficou conhecida como “atlas da cultura”: **Sergipe - Cultura e Diversidade**.

Por que associar cultura e desenvolvimento num território é tão difícil para os governantes? Podem haver três motivos: o primeiro é que muitas vezes essa proposta é formulada sem tangibilidade. Para evitar isso, a solução é um bom marketing que transforme valores e signos em produtos capazes de gerar renda rapidamente. O segundo motivo é o ciclo longo da transformação, entre causa e efeito, entre o investimento em política cultural e os indicadores de desenvolvimento – pode ser que os indicadores utilizados nesta aferição do impacto estejam errados ou incompletos, mas provavelmente o que precisa ser feito é incorporar o longo prazo à legislação de planejamento e orçamento públicos. O terceiro motivo tem a ver com a própria tipologia adotada nas políticas públicas para a classificação dos produtos e serviços culturais. Elas colocam barreiras à entrada nesse mercado para muitas manifestações ainda espontâneas, populares, que não recebem investimentos ou proteção.

Foi justamente para ajudar a criar tangibilidade, novas tipologias de bens e serviços culturais e valorizar o planejamento, facilitando a formulação da política cultural do Estado, que se fez o “atlas da cultura”. Essa publicação teve a autoria de muitas mãos. Mais de doze mil pessoas participaram



do ciclo 2009-2010 do Planejamento, em 75 conferências municipais e 8 territoriais. Nos trabalhos de grupo, os participantes desenhavam seus símbolos e relacionavam os valores e costumes com a condição econômica de cada território, expressando como se percebiam e como desejavam ser percebidos pela sociedade.

Entrevistaram-se 349 pessoas, entre gestores, produtores e consumidores de cultura. Os temas abordados foram **trabalho, fé e festa**, divididos em manifestações tradicionais, contemporâneas e territórios de identidade. Foram elaborados mapas coropléticos para 500 manifestações catalogadas. Os sergipanos podem afirmar que conhecem sua cultura e identificam os signos do seu pertencimento a um território, que torna o seu lugar único no mundo.

Em resumo, foram produzidos pelo processo de planejamento participativo de longo prazo: Plano Estratégico de Gestão Desenvolver e Incluir; Plano Desenvolver-SE Estadual e oito Planos de Desenvolvimento Territoriais; dois ciclos de planejamento público, nos PPAs 2008-2011 e 2012-2015; Atlas da Cultura; Guia Gastronômico de Sergipe; Museu da Gente Sergipana; Mapa dos Territórios de Identidade Sergipanos. Não há referência anterior para um processo público de planejamento com tal abrangência.

## Competitividade sistêmica e melhorias necessárias

Executando seu plano de desenvolvimento, o governo de Sergipe investiu maciçamente, desde 2008, na criação de competitividade sistêmica, melhorando e ampliando: sistema viário, oferta de moradia e urbanização, equipamentos urbanos em todas as cidades e povoados de maior porte, saneamento, centros empresariais integrados e centros tecnológicos em cidades-polos regionais, segurança pública e presídios, aeroporto, educação e rede de unidades de saúde e hospitais em todo o estado. Até 2012, entre investimentos realizados e contratados, somados outros projetos que se encontravam em contratação, o governo do estado totalizava investimentos cerca de R\$ 2 bilhões, para serem executados até 2014.

Destacamos aqui duas fontes de recursos: o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, onde se inclui o “Minha Casa, Minha Vida” – e o Sergipe Cidades. Com os recursos do PAC foram realizadas obras estruturantes em saneamento (abastecimento de água e coleta de esgotos), sistema viário (duas pontes sobre os rios Vaza-Barris e Real, ligando Sergipe e Bahia pelo litoral) com a duplicação de trechos da BR-101, além de moradia de interesse social.

Com financiamento do BNDES estruturou-se o Programa Sergipe Cidades, para investir em equipamentos e infraestrutura nos principais povoados e sedes de municípios, priorizados pela população e pelos prefeitos no processo de planejamento. Na consulta aos territórios surgiram mais de oito mil demandas que caberiam, constitucionalmente, aos municípios realizar; mas a realidade da gestão municipal e da condição fiscal desses entes muitas vezes impedem a simples elaboração de projetos,

regularização fundiária, licenciamentos, inclusive ambientais, e formalização de convênios ou captação de recursos por operação de crédito.

Assim, para enfrentar essa realidade e reduzir o êxodo para a metrópole litorânea era preciso melhorar a condição de vida e as oportunidades nas cidades médias e pequenas do estado. Surgiu daí o Sergipe Cidades, tendo o Estado contratado junto ao BNDES R\$ 250 milhões para: elaboração de planos e pequenas obras de saneamento, de transporte público, capacitação, compra de equipamentos, elaboração de projetos. Obras foram realizadas ofertando creches, quadras de esporte, delegacias, batalhões de bombeiros, centros empresariais, praças, escolas técnicas, bem como a urbanização dos entornos desses equipamentos, dentre outros.

Destaca-se a criação do Museu da Gente Sergipana, inaugurado em 2010, a partir do atlas da cultura, onde a forma de falar, de trabalhar, de rezar e festejar dos oito territórios sergipanos foi exposta, de forma interativa, para que o povo se reconheça e os visitantes conheçam a “sergipanidade”. Muito frequentado pelas escolas públicas, ao lado do Museu Palácio Olímpio Campos, onde está exposta a história política do estado, esses dois equipamentos culturais permitem que as crianças e jovens sergipanos possam ter sua identidade cultural reconhecida e valorizada. Segundo esse modelo de planejamento, essa é a base da confiança, da cooperação e do desenvolvimento: sensação de pertencimento e autoestima das populações dos territórios.

A melhoria nas condições de vida e crescimento econômico resultantes do processo de planejamento de longo prazo são aferidos pelos indicadores tradicionais, como o crescimento e a distribuição da renda, mortalidade infantil, esperança de vida, crescimento do PIB. Se, por um lado, vemos nesses indicadores o sucesso do plano, por outro lado há muitas melhorias necessárias para a consolidação desse método de planejamento participativo e territorializado.

Do ponto de vista da ação estadual, teria sido melhor, por exemplo, se a comunicação do governo acompanhasse os processos e divulgasse os produtos e seus signos; se arte e educação andassem juntas; se todas as secretarias estaduais pactuassem metas nas conferências do planejamento; se os gestores fossem mais gerentes e perseguissem metas, usando o monitoramento do plano para tomar decisões; se a economia criativa fosse considerada prioritária para o desenvolvimento; se os empresários participassem mais na elaboração do plano; se os Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) territoriais e estadual fossem implantados.

O governo federal poderia ser mais incentivador dessas práticas, se os ministérios usassem planos estaduais para liberar verbas e priorizar investimentos, se as contrapartidas aos investimentos federais como PAC e Orçamento Geral da União fossem direcionadas ao desenvolvimento cultural das comunidades impactadas. No caso do Nordeste, seria melhor se também a SUDENE e o Banco do Nordeste apoiassem a divulgação dos planos de desenvolvimento junto aos investidores privados, ajudando na engenharia financeira para o empuxo inicial do desenvolvimento, especialmente necessário no Semiárido.

## Conclusão

Toda essa experiência é herdeira do processo de enfrentamento ao estamento patrimonialista que assalta o Estado brasileiro desde os tempos da colônia e, como dizia Raimundo Faoro, se constituía em “donos do poder”. O processo político de enfrentamento das oligarquias locais levou à experiência do Orçamento Participativo, que levou ao controle social e aos diversos modos de compartilhar decisões com a sociedade em conselhos e conferências setoriais.

O **Planejamento Participativo** é uma evolução desse processo, num nível mais complexo e mais adequado à transição rumo à economia do conhecimento. O método escolhido se fortalece com as novas tecnologias de informação e comunicação, com as redes sociais, com os mecanismos de crítica e participação direta da sociedade no dia a dia dos governos.

Cultura é parte do conceito de ser humano, não é exclusivo de nenhuma classe social, nem exclusividade de um grupo de países, como podem ser outros insumos econômicos tradicionais. Ou seja, a cultura e a criatividade existem universalmente e, se forem potencializadas, podem cruzar as fronteiras do subdesenvolvimento e da pobreza. Consumir cultura é um direito do cidadão já há algum tempo reconhecido, mas o direito de produzir cultura pode ser uma novidade. Deixando claro o conceito, pode-se afirmar que criar condições para que todos os brasileiros tenham a oportunidade de produzir e consumir cultura é objeto de política pública e exige investimento transversal, que começa no abraço entre cultura e educação; enquanto que ganhar e acumular capital vendendo bens e serviços culturais já é um problema de mercado. As duas coisas infelizmente ainda são confusas no Brasil.

Cultura também é relação de poder e pode ser alvo de patrimonialismo e privilégios. A arte pode curar pessoas e comunidades fragmentadas pela opressão e exclusão, pela violência e pela pobreza. Assim nasceu o teatro grego, como espaço e ritual de cura e educação cívica. Através da arte e da cultura podemos criar uma janela de oportunidade para pularmos etapas no rumo do desenvolvimento, capacitando nosso povo para a economia do conhecimento.

## Referências

- BACELAR, Tânia. A relevância da Sudene no desenvolvimento regional. In: *Seminário Internacional “Celso Furtado, a SUDENE e o futuro do Nordeste”*. Recife: SUDENE, 2000. Pp. 167-174.
- CASSIOLATO, J E, LASTRES, Helena et STALLIVIERI, Fábio. Arranjos Produtivos Locais: uma alternativa para o desenvolvimento. *Experiências de políticas*. Vol. 2. Rio: E-papers, 2008.
- DINIZ, C. Campolina et GONÇALVES, E. Economia do Conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil. In: *Economia e Território*, pp. 131-170.
- DOWBOR, Ladislau. *Democracia Econômica: um passeio pelas teorias*. Fortaleza: BNB, 2007.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. Rio de Janeiro: Globo, 1993. 9 ed.

- FISHER, Tânia. *Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio: Graal, 1979.
- FURTADO, Celso. *Cultura e Dependência em época de crise*. Rio: Paz e Terra, 1984.
- HARVEY, David. *A Condição Pós Moderna*. São Paulo: Loyola, 2002.
- ISAR, Yudhishtir Raj. Visão Global: das inquietações conceituais a uma agenda de pesquisas. In: *Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.
- MATOS, MP, CASSIOLATO, JE et all. Arranjos Produtivos Locais: referencial, experiências e políticas em 20 anos da RedeSist. Rio: E-Papers, 2017
- NORTH, Douglass. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- PIKE, Andy, RODRÍGUEZ-POSE, Andrés et TOMANEY, Jonh. *Desarrollo Local y regional*. Valência: Publicacions de la Universitat de València, 2006. Colección Desarrollo Territorial, vol. 8.
- PUTNAM, Robert D. *Democracies in Flux*. New York: Oxford University Press, 2004.
- RAPAILLE, Clotilde. *O Código Cultural*. Rio: Elsevier, 2007.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SEPLAN. *Cartilha do Planejamento Participativo*. Aracaju, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolver-SE. Plano Estadual de Desenvolvimento*. Aracaju, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Sergipe, Cultura e Diversidade*. Aracaju, 2010.
- THROSBY, David. *The Economics of Cultural Policy*. Cambridge: University Press, 2010..